

JUSTIÇA

Aumento do teto é barrado pela Justiça

Se tinha dinheiro para o teto, agora vai sobrar em caixa! 12,5% já!

Durante o movimento grevista deste ano, por determinação da Assembleia Geral, o STU entrou com ação questionando a aplicação pela Unicamp do aumento do limitador do teto em respeito à lei de improbidade e/ou responsabilidade civil, pois muitos servidores recebem acima do teto.

Entretanto, recentemente, uma ação do Município de São Bernardo do Campo fez com que o órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo anulasse todos os efeitos do aumento do teto, desde a data da publicação.

O entendimento é que a Emenda Constitucional nº 46 à Constituição do

Estado de São Paulo que fixa o teto salarial baseado no subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado é inconstitucional porque foi criada pela Assembleia Legislativa do Estado. Para o Tribunal, a medida só poderia ser iniciada pelo governador do estado, porque somente o Poder Executivo pode impor novos limites de pagamento aos seus servidores. Sendo assim, a forma com que ocorreu o aumento fere o princípio da separação dos poderes.

Vale lembrar que, em junho deste ano, foi publicada a Emenda Constitucional nº 46 à Constituição do Estado de São Paulo

que alterou o teto salarial que deixou de ter como referencial os vencimentos do governador de R\$ 22 mil, passando a ser o subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de R\$ 30 mil.

Ainda que não haja decisão da Justiça sobre o questionamento do STU, feito a partir da nossa luta na greve, a revogação do aumento do teto é uma grande vitória para os trabalhadores!

Se tinha dinheiro para o reajuste do teto, estaremos de olho nas contas, pois agora irá sobrar ainda mais dinheiro para um reajuste justo dos funcionários!

Dinheiro tem, queremos o nosso 12,5% já!

Fasubra, STU e reitoria discutem pauta da categoria

encaminhamentos junto às CSA's.

F4 e punições aos grevistas: os gestores se comprometeram, novamente, a resolver essa questão e declararam já terem conversado com o Diretor Executivo do CAISM, Dr. Luiz Otávio, onde estão concentradas as punições decorrentes da greve. Questionado pelo STU, o diretor já havia concordado em retirar as punições, mas segundo o reitor falta consenso dos demais gestores ligados à reitoria. A diretoria cobrou ainda a retirada da punição à uma servidora com F4 aplicada num dia de greve nacional em 2016. Esse reivindicado já foi feita inúmeras vezes, mas a reitoria segue respondendo que continuará tratando esse caso "à parte".

Ponto Eletrônico: O reitor insiste na implantação do controle eletrônico do ponto dos funcionários e justifica a urgência, principalmente, na Área da Saúde. A intenção é minimizar os custos com supostos funcionários que não cumprem sua jornada de trabalho. Para a

Fasubra e o STU é preciso insistir no diálogo, pois a medida pode caracterizar um tipo de controle e repressão pra cima da categoria.

Conselho de Representantes: o STU cobrou que o próprio reitor receba os conselheiros nas reuniões de pauta específica, que vêm sendo conduzidas pela chefia de gabinete. A justificativa é que os assuntos tratados são de extrema importância e urgência, carecendo de resolução rápida que, na maioria das vezes, não é dada pelo chefe de gabinete.

Cenário político e lutas sindicais: as entidades reforçaram que não haverá tolerância para perseguições políticas de sindicalistas e trabalhadores. E o reitor ressaltou a importância do diálogo entre as entidades sindicais, dirigentes da Universidade e políticos eleitos, embora demonstrasse preocupação frente aos resultados destas eleições. Aproveitou para reconhecer a importância política do STU e da Fasubra frente às incertezas desse cenário.

Gabriela de Barros



Discussão sobre demandas da categoria foi prioridade

Durante a greve, a Fasubra solicitou reunião com a reitoria, mas o encontro aconteceu dia 29/10 com a presença da coordenação da federação e diretores do STU que cobraram da reitoria resoluções a respeito das seguintes pautas:

Carreira Paepe e utilização dos Recursos em 2018: O reitor pretende finalizar as discussões e aplicar os recursos ainda neste ano. Porém mencionou dificuldades por ainda não haver consenso na forma de aplicação da verba destinada à carreira Paepe. O STU aguarda resposta quanto ao agendamento de reunião para discutir o assunto dada a urgência dos

Gasto com folha de pagamento diminui na Unicamp

Com o crescimento da arrecadação do ICMS nos últimos três meses, o comprometimento da folha de pagamento da Unicamp em outubro/2018 ficou em 85,51% e no acumulado de janeiro a outubro ficou em 92,32%.

Se compararmos com 2017, o comprometimento da folha no mesmo mês era de 93,39% e no acumulado de janeiro a outubro de 2017 foi de 99,58%. Isso significa que o Cruesp já deveria ter chamado a reunião de negociação para elevar o reajuste salarial, conforme ficou acordado na mesa de negociação da data-base em maio deste ano.

Atento às previsões, o Fórum das Seis encaminhou ofício cobrando dos reitores retomada das discussões salariais.

Em resposta, o Cruesp informou que se reuniu em 30/10 e analisou as reuniões técnicas realizadas com o Fórum das Seis. Diante disso, concluiu que “as Universidades não contam com excedentes financeiros, pois aumentos pontuais recentes na arrecadação do ICMS tão somente diminuem os déficits orçamentários existentes em todas as três Instituições. A Unesp, especificamente, não dispõe de recursos suficientes para o pagamento do décimo-terceiro salário”.

Apesar do Cruesp desenhar um cenário negativo, o Fórum das Seis



Bahii

Ato conjunto realizado na Câmara Municipal de Vereadores de Campinas cobra mais verbas para as estaduais paulistas

acompanha as previsões da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e acredita que a situação está melhorando. Tanto que já há recursos para retomada das negociações de revisão do índice salarial, desde que haja vontade política dos reitores.

Sexta-feira (9) está prevista reunião do Fórum das Seis para discutir conjuntura, LDO 2019 e a data-base/18.

Vereadores de Campinas apoiam emendas por mais verbas do Fórum

Dia 29/10, o Fórum das Seis realizou um ato regional na Câmara Municipal de Campinas. O objetivo foi divulgar a luta

pela aprovação das emendas do Fórum junto ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), que tramita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. As emendas pedem mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza.

O ato foi transmitido ao vivo pela TV Câmara de Campinas e já está disponível nas redes sociais, confira no site do STU.

O vereador Pedro Tourinho (PT) apresentou ao plenário a proposta de moção em defesa das emendas do Fórum das Seis na LDO-2019 e o texto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes.



UNICAMP
LIVRE
DEBATE:
COBRANÇA DE MENSALIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (SOLUÇÃO OU RETROCESSO?)

Participantes:

Kim Kataguiri Deputado Federal Eleito

Wagner Romão Presidente da Adunicamp

12.11.18 | 18h

Auditório do IC - Unicamp